

Agro Leader Participações S.A.

(Anteriormente denominada Agro Leader Participações Ltda.)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de
dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 25BQ8-007-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av Jamel Cecilio, 2929 Ed Brookfield
Towers, sala 2701 Torre B - Jardim Goiás,
Goiânia (GO)
T +55 62 3215-8444
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da

Agro Leader Participações S.A. (anteriormente denominada Agro Leader Participações Ltda.)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Agro Leader Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Agro Leader Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Ausência de acompanhamento de inventário para o exercício anterior

Por termos sido nomeados auditores independentes da Companhia após o encerramento do exercício de 2023, não nos foi possível acompanhar a contagem física dos estoques da controlada Raix Biosoluções S.A. em 31 de dezembro de 2023 (saldos iniciais) que estavam registrados pelo montante de R\$6.350 mil. Dessa forma, não foi possível nos satisfazer, através de procedimentos alternativos de auditoria, quanto às quantidades em estoques existentes naquela data.

Como os saldos de estoques iniciais do exercício corrente foram computados na determinação do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não nos foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, determinar os eventuais impactos, se houver, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e nos elementos das demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em virtude da citada limitação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Ausência de auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, não foram auditadas por nós e nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Goiânia, 11 de dezembro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC GO-001.661/F-9



Thiago Henrique Vasconcellos Crisol
Contador CRC 1SP-332.589/O-6 T-GO

Agro Leader Participações S.A.

(Anteriormente denominada “Agro Leader Participações Ltda.”)

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	767	1	28.502
Contas a receber de clientes	5	-	-	10.575
Estoques	6	-	-	52.826
Impostos e contribuições a recuperar	7	12	-	8.098
Outros créditos	-	1	-	2.007
Total do ativo circulante		780	1	102.008
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários		-	-	25
Investimentos	8	33.465	-	-
Imobilizado	9	-	-	2.473
Direito de uso	10	-	-	4.794
Intangível	11	-	-	34.707
Total do ativo não circulante		33.465	-	41.999
Total do ativo		34.245	1	144.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Agro Leader Participações S.A.

(Anteriormente denominada “Agro Leader Participações Ltda.”)

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	31.945
Fornecedores	13	-	-	15.572
Arrendamentos a pagar	10	-	-	2.551
Salários, provisão de férias e encargos sociais	-	-	-	4.100
Impostos e contribuições a recolher	-	1	-	29
Adiantamentos de clientes	14	-	-	36.129
Outras obrigações	-	-	-	6
Total do passivo circulante		1	-	90.332
Passivo não circulante				
Arrendamentos a pagar	10	-	-	2.508
Impostos diferidos	21	-	-	2.581
Outras obrigações	24	17.000	-	17.000
Total do passivo não circulante		17.000	-	22.089
Total do passivo		17.001	-	112.421
Patrimônio líquido				
Capital social	16	37.000	1	37.000
Reserva de capital	-	(65)	-	(65)
Prejuízos acumulados	-	(19.691)	-	(19.691)
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores		17.244	1	17.244
Patrimônio líquido atribuído a não controladores		-	-	14.342
Total do patrimônio líquido		17.244	1	31.586
Total do passivo e do patrimônio líquido		34.245	1	144.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Agro Leader Participações S.A.

(Anteriormente denominada “Agro Leader Participações Ltda.”)

Demonstrações do resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período entre
23 de novembro de 2023 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	De 23/11/23 a 31/12/23 (Não auditado)	31/12/2024
Receita operacional líquida	17	-	-	32.171
Custos dos produtos vendidos	18	-	-	(32.306)
Prejuízo bruto		-	-	(135)
Despesas comerciais	19	-	-	(10.306)
Despesas administrativas e gerais	19	(1.274)	-	(16.191)
Equivalência patrimonial	8	(18.471)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	1	-	(3.221)
Prejuízo operacional		(19.744)	-	(29.853)
Resultado financeiro	20	53	-	(424)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(19.691)	-	(30.277)
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	21	-	-	-
Diferidos	21	-	-	2.669
Prejuízo do exercício		(19.691)	-	(27.608)
Atribuído aos:				
Controladores	-	(19.691)	-	(19.691)
Não controladores	-	-	-	(7.917)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Agro Leader Participações S.A.

(Anteriormente denominada “Agro Leader Participações Ltda.”)

Demonstrações do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período entre
23 de novembro de 2023 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	De 23/11/23 a 31/12/23 (Não auditado)	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(19.691)	-	(27.608)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(19.691)	-	(27.608)
Atribuído ao controlador	(19.691)	-	(19.691)
Atribuído a não controladores	-	-	(7.917)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Agro Leader Participações S.A.

(Anteriormente denominada “Agro Leader Participações Ltda.”)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período entre 23 de novembro de 2023 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social					Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Notas	Subscrito	A integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados			
Em 23 de novembro de 2023 - Data de constituição (Não auditado)		-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	1	-	-	-	1	-	1
Em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)		1	-	-	-	1	-	1
Integralização de capital social	16	84.999	-	-	-	84.999	-	84.999
Capital a integralizar	-	-	(48.000)	-	-	(48.000)	-	(48.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(19.691)	(19.691)	(7.917)	(27.608)
Transação entre acionistas, e movimentação de não controladores	-	-	-	(65)	-	(65)	22.259	22.194
Em 31 de dezembro de 2024		85.000	(48.000)	(65)	(19.691)	17.244	14.342	31.586

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Agro Leader Participações S.A.

(Anteriormente denominada “Agro Leader Participações Ltda.”)

Demonstrações dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e período entre
23 de novembro de 2023 (data da constituição) e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024
Atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(19.691)	-	(30.277)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social com às atividades operacionais			
Depreciação de imobilizado e amortização de intangível e direito de uso	-	-	3.378
Equivalência patrimonial	18.471	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	1.923
Juros sobre arrendamentos	-	-	265
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível	-	-	136
Provisão para perda esperada de créditos	-	-	308
Provisão para perdas em estoques	-	-	2.985
Ajustes de capital de giro			
Contas a receber	-	-	5.428
Estoques	-	-	(31.488)
Tributos a recuperar	(12)	-	(616)
Outros créditos	(1)	-	(1.978)
Fornecedores	-	-	12.814
Obrigações trabalhistas	-	-	3.390
Obrigações tributárias	1	-	(1.122)
Adiantamento de clientes	-	-	36.122
Outras contas a pagar	-	-	(3.600)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.232)	-	(2.332)
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(1.722)
Participações societárias	(34.936)	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(25)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(34.936)	-	(1.747)
Atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal e juros	-	-	(7.193)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	33.083
Pagamento de arrendamento	-	-	(538)
Transação entre acionistas, incorporação de acervo líquido e movimentação de não controladores	(65)	-	(32.262)
Aumento de capital	36.999	1	36.999
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	36.934	1	30.089
Caixa incorporado	-	-	2.491
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	766	1	28.501
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	767	1	28.502
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	766	1	28.501

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Agro Leader Participações S.A. (anteriormente denominada Agro Leader Participações Ltda., “Agro Leader”) foi fundada em 23 de novembro de 2023 e registrada sob o CNPJ nº 52.982.415/0001-01. Com sede na cidade de São Paulo – SP, foi convertida em sociedade anônima de capital fechado em 23 de janeiro de 2024 e atua como holding da gestão de investimentos do fundo Aqua, seu único acionista. Em março de 2024, adquiriu participação majoritária na Raix Biosoluções S.A. (anteriormente denominada Sementes S.A., “Raix”) conforme divulgado em Nota Explicativa nº 16, em conjunto com sua controlada são doravante denominada “Companhia”.

A Raix foi fundada em 17 de junho de 2009, com sede em São Miguel do Oeste, estado de Santa Catarina, buscando ser referência no desenvolvimento de mixes de plantas de cobertura, atuando com foco na regeneração do solo e aumento da produtividade agrícola. A razão social Raix Sementes S.A. foi alterada para Raix Biosoluções S.A. em 10 de dezembro de 2024.

1.1. Plano de crescimento operacional – Raix

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou prejuízo do exercício em R\$ 13.395, resultando em prejuízos acumulados de R\$ 15.125 (R\$ 1.730 em 2023), bem como consumo de caixa das atividades operacionais em montante de R\$ 22.943 (R\$ 9.393 em 2023). Os planos da administração, incluem possível suporte do acionista e eventual renegociação dos empréstimos, bem como para melhoria dos resultados operacionais e geração de caixa positiva compreendem as seguintes ações que colaborarão com a manutenção das atividades operacionais da Companhia:

Ao longo de 2024, a Raix deu início à implantação de um plano estruturado de preparação para crescimento, com foco na entrega da safra 2024/2025, que se estende de setembro de 2024 a agosto de 2025. A Companhia promoveu uma reestruturação organizacional com a formação de uma equipe técnica experiente e a reorganização das áreas de Operações e Comercial, visando resolver gargalos críticos, especialmente relacionados à infraestrutura física.

Como parte deste plano, foi firmado um contrato de *built-to-suit* (BTS) para a nova unidade operacional em Maravilha, Santa Catarina, que oferece capacidade de armazenagem superior a 1 milhão de sacas. Essa estrutura representa um avanço importante na consolidação da cadeia logística e operacional da Companhia, permitindo maior controle sobre qualidade, eficiência e custos. A expectativa de conclusão da obra é em maio de 2025.

O plano estratégico desenhado para o período mantém a austeridade como princípio central e orientador, com foco em disciplina financeira e eficiência operacional. Diversas frentes de ação foram estruturadas, com projetos em diferentes estágios de execução. Parte deles já apresenta resultados tangíveis, enquanto outros devem gerar impacto positivo a partir do segundo semestre de 2025 e ao longo de 2026. Paralelamente, a Companhia está reorganizando sua área operacional, promovendo contratações-chave, realinhando incentivos internos e avançando em melhorias de infraestrutura. Os investimentos realizados também visam o fortalecimento do controle de qualidade ao longo de toda a cadeia produtiva, com processos mais robustos e maior rastreabilidade.

Com a profissionalização da estrutura de liderança, os investimentos em infraestrutura e inovação, e uma cadeia operacional mais eficiente, a Raix se posiciona para um crescimento escalável e sustentável, com perspectiva de crescimento superior à média do setor.

1.2 Reestruturação da área comercial e dos processos comerciais

Em 2024, a Raix deu início a uma reestruturação abrangente da área comercial, com foco em aumento de produtividade, regionalização da liderança e fortalecimento da geração de demanda. A equipe comercial foi reforçada com contratações estratégicas, incluindo a nomeação de três novos *heads* comerciais. Três frentes principais foram implementadas: (i) reorganização da equipe sob quatro gerentes regionais; (ii) maior presença em campo junto a clientes estratégicos; e (iii) realização de eventos de marketing direcionados para promoção de marca e produtos. Além disso, foi criado um time dedicado à geração de demanda para apoiar o crescimento comercial. A campanha de vendas do ano-safra 2024/2025 foi lançada em outubro de 2024.

2. Base de elaboração

A Companhia prepara suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e conforme as NBC TGs emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram autorizadas pela administração em 11 de dezembro de 2025.

2.1. Primeira adoção das práticas contábeis (NBC TGs)

Contexto da adoção e declaração de conformidade

Estas são as primeiras demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, portanto, estão em conformidade com as práticas em vigor em 31 de dezembro de 2024.

A data de transição para as novas práticas contábeis ocorreu em 1º de janeiro de 2023, conforme previsto na NBC TG 37 (R5).

Procedimentos Adotados

A Companhia aplicou integralmente os pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC vigentes na data-base destas demonstrações contábeis. Não foram utilizadas isenções ou exceções previstas na NBC TG 37 (R5).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apresentadas em milhares de reais e todas as demonstrações contábeis apresentadas, em milhares de reais, foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Nota Explicativa nº 5 – Provisão para perdas esperadas de créditos: A Companhia aplica a abordagem simplificada do NBC TG 48. Para mensurar as perdas de créditos esperadas as contas a receber de clientes são avaliadas sob seu risco de crédito e nos dias de atraso. A taxa de perdas esperadas é baseada no perfil de pagamento e perdas de créditos históricas, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e para o ambiente econômico.

b) Notas Explicativas nºs 9 e 11 – Estimativa de vida útil de ativos imobilizado e intangível: A Companhia define a vida útil estimada dos ativos, baseando-se no tempo em que se espera utilizar o ativo, levando em consideração o uso esperado do ativo, desgaste esperado e obsolescência técnica ou comercial, dentro das características do ambiente de negócio em ela está inserida.

c) Nota Explicativa nº 15 – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

d) Nota Explicativa nº 10 – Prazo do arrendamento: a Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

e) Nota Explicativa nº 10 – Taxa incremental: a Companhia avalia e determina as taxas incrementais para mensuração de seus contratos de arrendamentos de acordo com o prazo de arrendamento e seus respectivos fluxos financeiros, bem como a avaliação de risco de crédito de cada operação para fins de melhor reflexo do ambiente econômico da Companhia para a aquisição de um ativo em condições similares.

f) Nota Explicativa nº 21 – Tributos diferidos ativos: a Companhia avalia e reconhece um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido sobre perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g) Análise de recuperação dos ativos não monetários – Anualmente avalia-se a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada.

2.5. Base de consolidação

a) Controladas

A Agro Leader controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre esta.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as demonstrações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações consolidadas incluem as operações das entidades a seguir:

Investidas sob Controle direto	Atividade	Participação em	
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Raix Biosoluções S.A.	Revenda de produtos biológicos	70,00%	-

i) Alteração de controle

Quando existem operações que gerem alteração de controle, a Companhia reconhece ou desreconhece os ativos e os passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela alteração de controle é reconhecido no resultado. Se a Agro Leader retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Em março de 2024, houve aquisição de participação acionária na coligada e assim aquisição de controle considerando a movimentação Raix Biosoluções S.A., detalhado na Nota Explicativa nº 8.

ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação da Empresa no lucro ou no prejuízo do exercício e em outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou o controle conjunto deixa de existir.

iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide Nota Explicativa nº 22). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- A estratégia da administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – Por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras;
- Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

A Companhia realiza o registro contábil de garantias contábeis quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo através de: (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida; e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outro acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com a NBC TG 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na Nota Explicativa nº 22.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações contábeis com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.

c) Contas a receber e perda de crédito esperada

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo e são apresentadas aos valores presentes e de realização. A provisão para perda de crédito esperada foi constituída de acordo com o julgamento da administração com base em dados históricos e previsão de perdas esperadas em análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência, considerando a atual conjuntura econômica, com detalhamento do julgamento descrito na Nota Explicativa nº 5.

Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante.

Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d) Imobilizado

O imobilizado do grupo é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os terrenos, registrados separadamente dos demais ativos, não são depreciados. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

A vida útil estimada para os ativos imobilizados foi como segue:

	2024 e 2023
Edifícios e construções	25 anos
Veículos	10 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Aeronave	20 anos
Containers	15 anos

e) Ativos intangíveis reconhecimento e mensuração

Os gastos com desenvolvimento do grupo são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas de software são de 05 anos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f) Arrendamentos

O grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento conforme requerimentos da NBC TG 06 (R2), a Companhia fez adoção dessa norma no exercício de 2020, sendo aplicadas as isenções para contratos de curto prazo, contratos de arrendamento cujo ativo subjacente é de baixo valor (abaixo de R\$ 20) ou não há controle do ativo pela Companhia.

Passivo de arrendamento

O reconhecimento contábil do passivo de arrendamento é realizado no início do contrato ao valor presente do fluxo futuro de pagamentos mínimos brutos de PIS e Cofins, quando incidentes e sem a projeção de correções futuras do contrato, considerando o prazo do contrato e período de renovação no mesmo, quando a Companhia está certa de sua renovação, sendo está prevista em contrato ou permissível por decisão unilateral.

Para desconto do fluxo de pagamentos ao valor presente são utilizadas as taxas de juros incremental, apurada com base nas transações históricas de empréstimos e financiamentos, com os devidos ajustes para aplicação no desconto de passivos de arrendamento de ativos. O passivo de arrendamento é ajustado no aniversário dos contratos por certas remensurações em reflexo do valor presente dos ajustes nas parcelas futuras derivados de correções pelos índices definidos nos contratos. Caso ocorram acordos não monetários ou carência de pagamentos, estes fatores são considerados e ajustados nos cálculos de valor presente do passivo de arrendamento.

Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Ao firmar os contratos a Companhia avalia se esses contratos são ou contém arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

Parcela variável no pagamento sobre os arrendamentos são registradas como custo ou despesa no resultado no período de competência.

Ativo de direito de uso de arrendamentos

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo equivalente do registro inicial do passivo de arrendamento e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

g) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos quando aplicável, dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo método do custo amortizado.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando forem prováveis que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Ademais, todos os custos de empréstimos do grupo atualmente são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

h) Tributação

h.i) Sobre a renda

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos.

O IRPJ corrente e diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas de 15% acrescido de 10% sobre o lucro tributável do exercício que exceder R\$ 240. Do montante do lucro tributável apurado, há permissão para compensação de prejuízos fiscais anteriormente constituídos, porém a dedução é limitada a 30% do lucro tributável.

A CSLL corrente e diferida é mensurada aplicando a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Do montante do lucro tributável apurado, há permissão para compensação de bases negativas anteriormente constituídas, porém a dedução é limitada a 30% do lucro tributável. A despesa ou receita de IRPJ ou CSLL correntes correspondem, respectivamente, aos montantes a pagar ou a restituir estimados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O montante de IRPJ e CSLL corrente a pagar ou a restituir é reconhecido no balanço patrimonial, respectivamente, como passivo ou ativo fiscal pela melhor estimativa do valor a ser pago ou restituído. É mensurado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e reconhecido como despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

h.ii) Sobre receita

Considerando ainda a Raíx Biosoluções S.A., destaca-se que ela possui em sua operação uma gama significativa de produtos sujeitos a alíquota zero para fins de tributação de PIS e Cofins. Este fato se dá em virtude de tal classe de produtos estar atrelada a cadeia do agronegócio, sob os quais se estende a tributação a alíquota zero, conforme disposto no art. 1º da Lei nº 10.925/2004. Em relação ao ICMS possuem benefício em vendas internas, em termos de isenção de alíquota para alguns produtos, e para vendas externas possuem redução de base de cálculo, conforme disposto pelo Decreto de Lei nº 4.852/97 (Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás (RCTE)) e pelos Convênios ICMS 100/97 e 52/91, disciplinados pela Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

i) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicáveis, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas contábeis, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos e passivos com necessidade de ajuste a valor presente.

k) Benefícios pós-emprego

A Companhia não possui benefício pós-emprego, conforme definição da NBC TG 33 (R2) – Benefícios a empregados.

l) Subvenções governamentais

As subvenções e as assistências governamentais (redução de base de cálculo de ICMS) na Raíx Biosoluções S.A. são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

m) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/ COC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e NBC TG 37 (R5) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - em vigor para demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2025.

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que incorpora alterações do *Lack of Exchangeability* do IASB, afetando o NBC TG 02 (R3) e o NBC TG 37 (R5). As mudanças definem o conceito de moeda conversível e orientam o tratamento de moedas não conversíveis, exigindo que a conversibilidade seja avaliada na data de mensuração. Se a moeda não for conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio que reflita as condições de mercado, utilizando a taxa que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa em caso de múltiplas taxas. Além disso, enfatiza a necessidade de divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários entendam os impactos financeiros e riscos associados. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IFRS 10/NBC TG 36 (R3) – Demonstrações consolidadas e à IAS 28/NBC TG 18 (R4) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; e a ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método da equivalência patrimonial – em vigor para demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2025.

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico NBC TG 18 (R4) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. A atualização do NBC TG 18 permite a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensurar investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis sem gerar impactos materiais. A ICPC 09 foi atualizada para alinhar sua redação às normas atuais, pois não tinha correspondência direta com as normas do IASB e estava desatualizada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis – em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027 com aplicação retrospectiva a da adoção antecipada não é permitida no Brasil

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao NBC TG 26 (R5)), introduzindo novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado. As entidades devem classificar receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, o IAS 7 (equivalente ao NBC TG 03 (R3)) foi alterado para modificar o cálculo dos fluxos de caixa e remover a opcionalidade na classificação de dividendos e juros. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações contábeis primárias e notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações – em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis adotem requisitos de divulgação reduzidos, mantendo os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões IFRS. Para ser elegível, uma entidade não pode ter instrumentos patrimoniais negociados publicamente e deve ser uma controlada conforme o IFRS 10 (NBC TG 36 (R3)), não ter responsabilidade pública e ter uma que prepare demonstrações contábeis consolidadas compatíveis com os padrões IFRS, disponíveis ao público.

Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pilar Dois – Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, pois esta não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e sua regulamentação foi sancionada pela LC 214 em janeiro de 2025. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024
Caixa	-	-	1
Bancos	-	1	2.187
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	767	-	26.314
Total de caixa e equivalentes de caixa	767	1	28.502

(a) As aplicações financeiras da Companhia são representadas por aplicações tanto de liquidez imediata, como Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), compromissadas entre outras opções, aplicadas a uma taxa média de 109% do CDI (105% do CDI em 2023), sempre considerando perfil do investidor de risco baixo.

5. Contas a receber - Consolidado

	31/12/2024
Clientes nacionais	10.883
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos	(308)
Total de contas a receber	10.575

5.1 Composição das contas a receber por vencimento:

	31/12/2024
A vencer	10.081
Vencidos	
De 01 a 30 dias	351
De 31 a 60 dias	253
De 61 a acima de 180 dias	198
Total	10.883

5.2 Movimentação das perdas esperadas de crédito

Descrição	Valores
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-
Adições	(308)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(308)

6. Estoques - Consolidado

	31/12/2024
Mercadorias para revenda	5.695
Matéria-prima	35.161
Produtos em elaboração	1.491
Embalagens	2.683
Adiantamento a fornecedores	10.781
(-) Provisão para perda de estoque	(2.985)
Total	52.826

A administração avalia periodicamente a realização, validade dos produtos e giro dos estoques. Em 31 de dezembro de 2024, a provisão no montante de R\$ 2.985 está relacionada a diferença entre o valor realizável líquido e o custo. Entende-se como valor realizável líquido o valor estimado de vendas deduzido das despesas com impostos sobre vendas, fretes e comissões.

6.1 Movimentação das provisão para perdas de estoques

Descrição	Valores
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-
Adições	(2.985)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.985)

7. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024
ICMS CIAP sobre imobilizado	-	-	78
IPI a recuperar	-	-	6
IRPJ a compensar	-	-	3.595
CSLL a compensar	-	-	1.438
PIS pago antecipadamente	-	-	1.749
PIS a recuperar	-	-	351
Cofins a recuperar	-	-	870
Outros	12	-	11
Total	12	-	8.098

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia deduziu as subvenções fiscais para investimento da base cálculo de ICMS da base de apuração do IRPJ e CSLL, com amparo no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, que foi alterado pela Lei Complementar nº 160/2017. A partir de 1º de janeiro de 2024, com o início da vigência da Lei nº 14.789/2023, a Companhia não mais deduziu os incentivos de ICMS da base de cálculo do IR e da CSLL.

8. Investimentos

	Controladora
	31/12/2024
Investimentos na: Agro Leader Participações S.A.	
Participação societária	9.678
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	18.275
Mais valia de ativos líquidos	8.352
(-) Impostos diferidos	(2.840)
Total	33.465

Em 08 de março de 2024, a Agro Leader, adquiriu uma participação majoritária na Raix Biosoluções S.A. Nesta data, a investidora adquiriu participação secundária e realizou um aumento de capital social na Companhia no montante de R\$ 20.000.

Valor negociado na aquisição	Março/2024
Compra das ações adquiridas (17,5%)	20.000
Pagos à vista	15.000
Parcela a prazo (i)	5.000
Subscrição de ações (52,5%)	20.000
Pagos à vista para integralização	20.000
Preço adicional	12.000
Preço total na aquisição	52.000

(i) O saldo remanescente a pagar pela aquisição no valor de R\$ 5.000, será pago no segundo aniversário da data de fechamento, ajustados pelo CDI.

8.1. Apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura

A Companhia realizou a mensuração e reconhecimento em relação ao valor justo dos ativos, passivos, possíveis contraprestações contingentes, valor total do ágio por expectativa de rentabilidade futura, entre outros conforme critérios da critérios previstos na NBC TG 15 (R4) – Combinação de negócios, e também na ICPC 09 (R2) – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial. A seguir apresentamos os valores observados:

8.1.1. Discriminação e valor justo dos itens que compõem a contraprestação total transferida

Alocação do preço pago	R\$
(A) Total pago por 70%	52.000
Patrimônio líquido inicial	17.988
Capitalização (Cash In)	20.000
Intangível - Relacionamento com clientes	4.145
Intangível - Tecnologia registrada	10.688
Mais valia de ativos fixos	608
IR diferido sobre mais valias	(5.250)
Total (100%)	48.179
Participação minoritária (NCI)	14.454
(B) Valor justo do patrimônio líquido (70%)	33.725
Valor não alocado - Goodwill (A) - (B)	18.275

8.1.2. Relação individualizada dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos com os respectivos valores contábeis e valores justos:

	08/03/2024		08/03/2024 a
	Saldo original	Ajustes	Valor justo Saldo final
Disponível	2.491	20.000	22.491
Contas a receber	11.994	-	11.994
Despesa antecipada	20	-	20
Adiantamento a fornecedor	5.397	-	5.397
Tributos a recuperar	7.482	-	7.482
Estoques	19.186	-	19.186
Outros ativos de longo prazo	9	-	9
Imobilizado	1.010	608	1.618
Intangível - Relacionamento com clientes	-	4.145	4.145
Intangível - Softwares	36	-	36
Intangível - Tecnologia registrada	-	10.688	10.688
Total ativo	47.625	35.441	83.066
Fornecedores	2.758	-	2.758
Obrigações trabalhistas	710	-	710
Obrigações tributárias	719	-	719
Empréstimos e financiamentos	4.132	-	4.132
Imposto de renda e contribuição social	432	5.250	5.682
Adiantamento de clientes	7	-	7
Outros passivos	20.879	-	20.879
Total passivo	29.637	5.250	34.887
Acervo líquido	17.988	30.191	48.179
Participação da Companhia nos investimentos	70%	-	70%
Atribuído ao controlador	12.592	-	33.725
Atribuído a não controladores	5.396	-	14.454

8.2. Informações contábeis da controlada

Balço patrimonial	31/12/2024
Ativo circulante	98.025
Ativo não circulante	8.640
Total do ativo	106.665
Passivo circulante	90.332
Passivo não circulante	2.508
Total do passivo	92.840
Patrimônio líquido	13.825
Total do passivo e patrimônio líquido	106.665
Demonstração do resultado	31/12/2024
Receita operacional líquida	67.698
Custo dos produtos vendidos	(52.971)
(-) Despesas administrativas gerais	(28.964)
(-) Resultado financeiro	(634)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(14.871)
Impostos diferidos	1.476
Prejuízo do exercício	(13.395)

8.3. Movimentação dos investimentos em controladas

	2024
Saldo inicial	-
Aportes/investimento inicial	26.592
Mais valia e ágio de ativos líquidos	25.409
Transações com minoritários	(65)
Amortização de mais valia de ativos líquidos	(1.622)
Resultado de equivalência patrimonial	(16.849)
Total de investimentos	33.465

9. Imobilizado – Consolidado

9.1. Movimentação imobilizado

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Benfeitorias em imóveis	Outros	Mais Valia	Total
Custo									
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação pela aquisição de controle	102	234	15	726	714	14	10	-	1.815
Adições	78	169	31	1.037	3	13	84	-	1.415
Adições vinculadas a PPA e aquisição de controle	-	-	-	-	-	-	-	608	608
Baixas	-	-	-	(79)	(316)	-	-	-	(395)
Em 31 de dezembro de 2024	180	403	46	1.684	401	27	94	608	3.443
Depreciação acumulada									
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação pela aquisição de controle	(25)	(105)	(7)	(207)	(442)	(5)	(14)	-	(805)
Depreciação	(11)	(47)	(2)	(104)	(112)	(1)	(9)	(138)	(424)
Baixas	-	-	-	-	259	-	-	-	259
Em 31 de dezembro de 2024	(36)	(152)	(9)	(311)	(295)	(6)	(23)	(138)	(970)
Valor contábil líquido									
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	144	251	37	1.373	106	21	71	470	2.473

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não identificou indicadores de *impairment* sobre seu ativo imobilizado.

10. Arrendamentos – Consolidado

A Companhia arrenda imóveis, máquinas e equipamentos e veículos. Esses arrendamentos normalmente possuem duração acima de 12 meses, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano ou conforme negociação entre locador e locatário, para refletir os valores de mercado. Os arrendamentos dos imóveis foram em suma firmados há longa data. Anteriormente, esses arrendamentos eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos.

O passivo de arrendamento se refere ao montante esperado transferido pelo uso do ativo (direito de uso), registrado a valor presente. O fluxo financeiro do passivo de arrendamento foi descontado a taxa média de 18,46% a 23,35% a.a., considerando o prazo definido dos arrendamentos, sendo esta taxa a que melhor reflete o ambiente econômico da Companhia para a aquisição de um ativo em condições semelhantes.

10.1 Movimentação dos arrendamentos:

	Ativos direito de uso	Passivo de arrendamentos a pagar
Saldo em 08 de março de 2024 (data incorporação)	260	(273)
Adição/remensuração de contratos	5.059	(5.059)
Depreciação do direito de uso	(525)	-
Juros	-	(265)
Pagamentos	-	538
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.794	(5.059)
Circulante	-	(2.551)
Não circulante	4.794	(2.508)

A Companhia não possui despesas relevantes com arrendamentos não qualificados para registro no balanço, ou despesas relevantes com parcelas variáveis de arrendamentos em 31 de dezembro de 2024.

10.2 O cronograma de vencimento do passivo de arrendamento é conforme segue:

	2024
2025	2.551
2026	818
2027 em diante	1.690
Saldo	5.059

11. Intangível - Consolidado

	Software	Marcas e patentes	Goodwill	Total
Custo				
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-	-	-
Adições	307	-	-	307
Adições vinculadas a PPA e aquisição de controle	36	10.687	26.106	36.829
Em 31 de dezembro de 2024	343	10.687	26.106	37.136
Amortização acumulada				
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-	-	-
Amortização	-	(2.429)	-	(2.429)
Em 31 de dezembro de 2024	-	(2.429)	-	(2.429)
Valor contábil líquido:				
Em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	343	8.258	26.106	34.707

12. Empréstimos e financiamentos – Consolidado

	Taxa	31/12/2024
Capital de giro	17,8% a.a.	31.945

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por Alienação fiduciária, Avais dos acionistas e, Hipoteca, Avalista e duplicata no valor suficiente para cobertura dos instrumentos de dívida.

a) Covenants e garantias

O Contrato vigente não possui cláusulas de *Covenants*, as garantias constituídas são Avais dos sócios na proporção acionária. Todos os empréstimos mencionados no quadro adiante referem-se a controlada, e em 31 de dezembro de 2024, possui o seguinte quadro de sócios:

	31/12/2024	
	Ações ordinárias	%
Agro Leader Participações S.A.	38.500	70,00%
Jhony Andre Bertchi	8.416	15,30%
Ivonar Alecio Fontaniva	4.042	7,35%
Ivonei Dalla Corte	4.042	7,35%
Total de ações em circulação	55.000	100%

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2024
Saldo inicial	-
Saldo incorporado	4.132
Captação	33.083
Juros incorridos	1.923
Pagamento de juros e principal	(7.193)
Saldo final	31.945

13. Fornecedores - consolidado

	31/12/2024
Fornecedores nacionais a pagar	15.572

Refere-se substancialmente a produtores rurais que fornecem matéria prima para produção de mixes.

14. Adiantamento de clientes – Consolidado

	31/12/2024
Adiantamento de clientes (a)	36.129

(a) Compreendem, substancialmente, os adiantamentos recebidos em caixa de revendas e cooperativas agrícolas para a aquisição de Mix de Cobertura para a próxima safra a operações fixadas. Os adiantamentos de clientes existentes em 31 de dezembro de 2024, geraram, substancialmente, receita ao longo do exercício de 2025. São realizados em caixa e não tem risco de perda de margem, pois refere-se ao pagamento dos contratos, principalmente, relacionados ao embarque de mix de cobertura.

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía processos com prognóstico de perda provável, desta forma não demandando eventuais registros. O montante estimado de processos em andamento com perda possível em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 30.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e parcialmente integralizado é de R\$ 85.000 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1 em 2023), distribuídos em 85.000.000 (oitenta e cinco mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024			31/12/2023
	Capital social	A integralizar	Total	(Não auditado) Capital social integralizado
Agrofundos Brasil XI Fundo de Investimentos em participações multiestratégia	58.114	(32.817)	25.297	-
Aqua Capital Private Equity Agro Fundo de Investimento em Participações multiestratégia 7	23.417	(13.224)	10.193	-
Aqua Capital Private Equity Agro Fundo de Investimento em Participações multiestratégia 8	777	(439)	338	-
Agrobusiness & Food Americas Fund III LP	2.692	(1.520)	1.172	-
Outros	-	-	-	1
Total	85.000	(48.000)	37.000	1

a) Reservas de lucros

De acordo com o estatuto social vigente, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- 5% para a constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social;
- dividendos mínimos calculados à razão de 5% do lucro líquido;
- o saldo restante será destinado conforme acordo entre sócios em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.

17. Receita operacional líquida – Consolidado

A Companhia gera receita principalmente pela comercialização de insumos biológicos.

	2024
Vendas de produtos	45.576
(-) Devoluções de mercadorias e produtos	(12.118)
Receita com incentivos fiscais (i)	2.574
(-) Impostos sobre vendas	(3.861)
Total	32.171

(i) Refere-se basicamente a redução de base de cálculo de ICMS conforme divulgado em Nota Explicativa nº 3.I.

18. Custos dos produtos vendidos – Consolidado

	2024
Insumos e matéria prima de produtos vendidos	(27.081)
Perdas em estoque	(2.985)
Gastos com pessoal	(1.910)
Outros custos	(330)
Total	(32.306)

19. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado
	2024	De 23/11/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	2024
Despesa com pessoal	-	-	(7.222)
Indenizações por qualidade	-	-	(2.647)
Comissões sobre vendas	-	-	(3.826)
Fretes e carretos	-	-	(3.707)
Serviços com terceiros	(1.216)	-	(4.988)
Despesa com depreciação e amortização	-	-	(3.378)
Despesa tributária	(5)	-	(334)
Outras despesas e receitas racionais	(53)	-	(395)
Total	(1.274)	-	(26.497)
Despesas comerciais	-	-	(10.306)
Despesas gerais e administrativas	(1.274)	-	(16.191)
Total	(1.274)	-	(26.497)

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2024		2024
Receita financeira			
Descontos obtidos	-	-	4
Juros ativos	-	-	38
Rendimentos de aplicações financeiras	77	-	1.847
Total receitas financeiras	77	-	1.889
Despesa financeira			
Juros passivos	-	-	(3)
Descontos concedidos	-	-	(19)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(1.923)
Despesas bancárias diversas	(1)	-	(16)
IOF	(23)	-	(26)
Juros com arrendamentos	-	-	(265)
Outras despesas financeiras	-	-	(61)
Total despesas financeiras	(25)	-	(2.313)
Resultado financeiro líquido	53	-	(424)

21. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado 2024
Resultado antes dos impostos	(30.277)
Imposto corrente calculado com base em alíquotas vigentes (34%)	10.294
Incentivos fiscais	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	105
Provisão para perdas com estoques	1.015
Outras adições e exclusões	-
Base de prejuízo fiscal líquido	11.414
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	2.669
Total do imposto de renda e contribuição social	2.669
Alíquotas efetivas	9%

21.1 Movimentação de tributos diferidos – Consolidado

	2024	Efeito no resultado	Saldo em 08/03/2024
Prejuízo fiscal/base negativa	9.148	9.148	-
Provisão para perdas de crédito esperadas	105	105	-
Provisão para perdas com estoques	1.015	1.015	-
(-) Redução expectativa de compensação com geração de lucro tributável futuro	(8.792)	(8.792)	-
Total impostos diferidos ativos	1.476	1.476	-
Tributos diferidos sobre mais valia de ativos	(4.057)	1.193	(5.250)
Total impostos diferidos passivos	(4.057)	1.193	(5.250)
Total impostos diferidos ativos	(2.581)	2.669	(5.250)

A administração com base em seus estudos e projeção, estima a realização de diferidos ativos até o ano calendário de 2029.

22. Instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 2023 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações contábeis vinculadas, contas a receber, outros créditos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações.

Instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)	31/12/2024
Ativos - Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	767	1	28.502
Contas a receber	-	-	10.575
Passivos - Custo amortizado			
Fornecedores	-	-	15.572
Empréstimos e financiamentos	-	-	31.945
Arrendamento a pagar	-	-	5.059
Adiantamento de clientes	-	-	36.129

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos e foram avaliados conforme o método de avaliação Nível 2, detalhado a seguir:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações contábeis e aplicações contábeis

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações contábeis, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

Arrendamentos

Os valores contábeis dos arrendamentos são registrados no início do contrato ao valor presente do fluxo futuro de pagamentos mínimos brutos de PIS e Cofins, quando incidentes e sem a projeção de correções futuras do contrato, considerando o prazo do contrato e período de renovação no mesmo, quando a Companhia está certa de sua renovação, sendo essa prevista em contrato ou permissível por decisão unilateral.

Contas a receber e fornecedores

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

Fatores de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- risco de crédito;
- risco de liquidez; e
- risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas contábeis caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros divulgados na Nota Explicativa nº 5 e representa a exposição máxima do crédito. A administração entende que não existe risco de créditos relevantes sobre outros créditos e impostos a recuperar (Nota Explicativa nº 7).

A administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira, e critérios de cumprimentos de legislação trabalhista e ambiental, antes que a Companhia apresente sua proposta de limite de crédito e termo de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia que inclui ratings externos, quando disponíveis, e em alguns casos, referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da administração; esses limites são revisados anualmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderá operar com a Companhia em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoas físicas ou jurídicas, consumidores finais, localização geográfica e existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes classificados como de “alto risco” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela administração, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados.

A Companhia registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a Contas a receber quando aplicável.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Companhia, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. A Companhia conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, em acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos da Companhia ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento da Companhia.

Riscos de cambio

Os saldos de ativos e passivos financeiros são todos em reais, portanto não estão expostos a variação de cambio.

Gestão de capital – Consolidado

A Companhia administra o capital, para assegurar a continuidade normal de suas atividades, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota Explicativa nº 12, arrendamentos a pagar Nota Explicativa nº 10, deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa na Nota Explicativa nº 4 e pelo patrimônio líquido (inclui capital e lucros acumulados).

	2024
Empréstimos e financiamentos	31.945
Arrendamento a pagar	5.059
(-) Caixa e equivalente de caixa	(28.502)
Dívida líquida (sobras de caixa) (A)	8.502
Total do patrimônio líquido (B)	31.586
(=) Relação dívida líquida (sobras de caixa) sobre capital	27%

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de flutuação dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros oscilem devido a mudanças nos preços de mercado.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta adiante a análise de sensibilidade de taxa de juros, considerando o cenário razoavelmente provável que foi projetado com base na expectativa para 2024 emitida através do relatório focus pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Controladora		Cenário		
Instrumento financeiro	Indexador	Taxa razoavelmente provável	Posição em 31/12/2024	Cenário razoavelmente provável
Ativo				
Aplicações financeiras	Até 109% do CDI	11,86%	767	92

Consolidado		Cenário		
Instrumento financeiro	Indexador	Taxa razoavelmente provável	Posição em 31/12/2024	Cenário razoavelmente provável
Ativo				
Aplicações financeiras	Até 109% do CDI	11,86%	26.314	3.157

23. Seguros – Consolidado

A Companhia mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica, o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que é uma indústria, logo é mais dependente de ativos tangíveis. A suficiência da cobertura de seguros não faz parte do escopo dos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura em 2024
Frota de veículos	1.140
Seguro de vida de funcionários	14.509

24. Outras obrigações

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Contas a pagar de investimentos (i)	17.000	-
Total	17.000	-
<hr/>		
Circulante	-	-
<hr/>		
Não circulante	17.000	-

(i) Valores referem-se a parcelas a pagar de saldo de aquisição, bem como a valor adicional, conforme divulgado em Nota Explicativa nº 8. Destaca-se que os sócios originais terão direito a um acréscimo sobre o preço de compra que consistirá em pagamento adicional variável equivalente a 70% da receita da compradora que excederem o retorno mínimo, calculado no momento em que ocorrer um evento de liquidez. Os valores de *earn out* foram reconhecidos após a conclusão do procedimento de mensuração dos valores justos de ativos e passivos líquidos, conforme critérios da NBC TG 15 (R4) – Combinação de negócios e também na ICPC 09 (R2) – Demonstrações contábeis individuais.

25. Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

Descrição	Consolidado
	2024
Adição e remensuração de contratos de arrendamento, conforme NBC TG 06 (R3), e divulgado em Nota Explicativa nº 10	5.059
Incorporação de acervo líquido conforme divulgado em Nota Explicativa nº 8	17.988
Reconhecimento de saldos de contas a pagar referente a <i>earn out</i> sobre investimentos, após conclusão de mensuração de PPA (conforme divulgado em Nota Explicativa nº 24)	17.000

26. Eventos subsequentes

Em 06 de junho de 2025, a Agro Leader adquiriu participação adicional de 15,30% na controlada Raix Biosoluções S.A. do ex-acionista Jhony Andre Bertochi que era o titular e legítimo proprietário de 8.416 (oito mil e quatrocentas e dezesseis) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

* * *